

EDITORIAL

Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Mídas.

Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?

Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.

Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Por que eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e atrocidade

Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

(ANGELOU, Maya, 1978)¹

Durante 4 anos vivemos um período político, no qual o ato de levantar todos os dias, como expressa o poema de Maya Angelou, era um ato de resistência e existência. Ainda assim eu me levantei, em um país onde a ciência foi questionada e menosprezada, as universidades e o conhecimento historicamente produzidos por mulheres e homens ao longo da história do nosso Brasil e do mundo, foi desqualificada. Levantar todos os dias, com a certeza de que esperar era o verbo, o que significava que novos tempos estavam por vir. Esse tempo parece que finalmente chegou. A lei nº 10.639/03, fez 20 anos, embora pesquisadoras/es e movimento de mulheres e homens negras/os ainda convivem com o racismo cotidiano e com escolas em que direção, equipe pedagógica e professoras/es ainda não conhecem essa lei tão importante. Essa edição da revista contendo 10 artigos e 4 resenhas, celebra esse novo tempo.

Em lágrimas revivi, através do artigo “*Entre chuteiras e racismo no futebol brasileiro: uma luta antirracista para além do campo de futebol*”, a dureza do racismo sofrido por meu pai, no período em que foi um goleador no futebol paranaense; o clube de futebol no qual jogava, mesmo quando era vitorioso com os gols dele, não celebrava suas conquistas com ele próprio, pois, sendo homem negro, era impedido de entrar nos clubes sociais para comemorar as vitórias do qual foi protagonista.

Essa edição da *Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir)* também valoriza os povos originários e as religiões de matrizes africanas. Em 2023, foi instituído o Ministério dos Povos Indígenas no Brasil, que tem como Ministra a ativista indígena Sônia Guajajara. A resenha (Re)pensando o protagonismo originário na obra “*Falas da Terra, 2021*”, discute com seriedade a participação dessa população para produções cinematográficas e sua importância para a discussão da temática, contemplando assim a Lei nº 11.645/08.

¹ ANGELOU, Maya. Still I Rise. In: **And Still I Rise**: a book of poems. EUA: Random House, 1978.

Na resenha “*Afroconveniência nas eleições 2022: uma das faces do pacto da branquitude*”, ao resenhar o livro de Cida Bento, *O Pacto da Branquitude*, a autora propôs um importante debate para o movimento negro e a sociedade brasileira, a afroconveniência nas eleições de 2022. Na cidade de Salvador, por exemplo, detentora da população com maior quantidade de negras e negros do país, houve candidaturas de postulantes brancos, que se declararam pardos, com a intenção de preencher as cotas dos partidos políticos e conquistar votos da população negra.

No artigo “*Ensinando História através de cordel na Educação Básica: a escravização de gentes africanas no Brasil colonial*”, a cultura brasileira, através do uso do cordel, foi destacada, ao ser utilizada como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, em que ao narrar Histórias de gentes africanas no Brasil colonial imprime uma perspectiva progressista inovadora e inclusiva. O uso da literatura de cordel demonstrou que as aulas se tornam mais dinâmicas e aprazíveis aos olhos de estudantes da educação básica.

Nessa edição da Refir, Volume 6, Número 1, outros temas são abordados, como: educação escolar quilombola; consciência negra através da linguagem iconográfica no ensino de história; as Comissões de Heteroidentificação; Análises dos impactos da Lei Nº12.711/2012 na UFAC; corpo negro e as possibilidades dramaturgias dos teatros negros, entre outros.

Ao brindar os novos tempos, em que se estabelecem políticas públicas antirracistas, respeito aos povos originários, religiões de matrizes africanas e as diferentes infâncias, conluo convidando a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo a degustarem com carinho essa nova edição da *Revista Em Favor de Igualdade Racial*. Com certeza, a experiência será de muita emoção e conhecimento.

Tânia Mara Pacifico Hreisemnou

Pedagoga da Rede Pública Estadual do Paraná

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR)

Secretária de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial do Núcleo Sindical Curitiba Sul da Associação de Professores do Paraná (APP – Sindicato/PR)

Coordenadora Nacional do Fórum Permanente da Educação Básica para Educação das Relações Étnico-Raciais da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)